

CINTURÃO DE ÁREAS PROTEGIDAS EM RONDÔNIA/BRASIL: CORREDORES DE PAISAGEM PARA SALVAGUARDA DO BIOMA AMAZÔNICO

Bernardo Machado Gontijo¹

No âmbito de um estudo mais abrangente, que procura elaborar um diagnóstico referente aos diferentes espaços ocupados pelos agricultores familiares na região central de Rondônia, ressaltando as características das territorialidades e da sustentabilidade ambiental que envolvem os referidos produtores, este trabalho busca avaliar os reflexos desse modelo de ocupação territorial no arranjo espacial das áreas protegidas do estado de Rondônia. Faremos, aqui, uma primeira aproximação em termos de escala. Nosso foco será, neste primeiro momento, todo o estado de Rondônia, tanto em termos do contexto geográfico, como em termos do contexto histórico do arranjo de suas áreas protegidas.

Rondônia reproduz, em nível estadual, o macrocosmo da realidade conflituosa decorrente do avanço da fronteira de ocupação brasileira na Amazônia. Rondônia integra o assim chamado “Arco de fogo da Amazônia”, aquele cujo nome remete aos incêndios decorrentes da derrubada das florestas para a penetração humana oriunda do centro-sul do Brasil. Para frear este avanço em direção à área core da floresta, algumas políticas públicas voltadas para a criação de Terras Indígenas (TI’s) e Unidades de Conservação (UC’s) têm sido direcionadas no sentido de se formar um cinturão de áreas protegidas de modo a funcionar como barreira ao processo de desmatamento. Neste sentido, ao se observar o mapa de uso do solo do estado, nota-se um grande cinturão de áreas protegidas envolvendo o eixo de penetração humana aberto a partir da rodovia BR364.

A rapidez com que as levas migratórias passaram a se dirigir àquela região, a partir das políticas de colonização dos anos 70, marcou a face mais visível desse modelo predatório de ocupação. Ao mesmo tempo em que se buscavam meios para promoção

¹ Doutor em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) Professor Adjunto, UFMG, Brasil. E-mail: gontijobm@yahoo.com.br

deste assédio econômico/populacional, medidas compensatórias, como a criação de uma série de UC's não frearam o avanço da fronteira de ocupação, fazendo com que o estado de Rondônia seja hoje um dos que apresentam os dados mais preocupantes de desmatamento e de desafetação de UC's estaduais. Trata-se de um processo que tem descaracterizado o modo original de vida local, mais sustentável em relação à conservação do bioma amazônico. Acreditamos que este modo de vida original pode ser resgatado na medida em que sejam fortalecidas as áreas protegidas existentes.

Para além da criação de novas UC's, ou a demarcação de novas TI's, tal proteção pode se dar via fortalecimento das UC's já existentes, nos moldes do grande programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA)², ou concebendo-se uma política de zoneamento que inclua a efetivação da interface, possível e desejável, entre tais UC's, TI's e as Áreas de Proteção Permanentes (APP's) e Reservas Legais (RL's), nos moldes da proposta de macrozoneamento econômico-ecológico da Amazônia atualmente em discussão. Com relação às APP's e RL's, em que pese a discussão em curso no congresso nacional com vistas à eventual reformulação do Código Florestal, elas serão mais efetivas se dialogarem mais intimamente com as práticas agrícolas voltadas para os sistemas agro-florestais (SAF's) e a agroecologia, ambas mais compatíveis com a sustentação ecológica do bioma amazônico que o modelo de colonização até então vigente de desmatamento para abertura de pastagens e/ou grandes cultivos agrícolas.

O padrão espacial da ocupação humana recente e seus reflexos para a Biodiversidade

Já é bem conhecido na literatura o modelo de ocupação amazônica emanado pela administração central brasileira que vem sendo perpetrado no país. Isto é particularmente notável a partir dos assim chamados projetos desenvolvimentistas concebidos a partir dos governos militares iniciados na década de 60. Não que antes não tivessem havido movimentos claros de penetração do estado no grande bioma. No que tange ao nosso território de análise – a região que hoje corresponde ao estado de Rondônia – os grandes marcos de penetração remontam às expedições de instalação de

² O ARPA é um programa do Governo Federal, com duração prevista de dez anos, para expandir, consolidar e manter uma parte do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) no Bioma Amazônia, protegendo pelo menos 50 milhões de hectares e promovendo o desenvolvimento sustentável da região. (<http://www.mma.gov.br/port/sca/arpa>)

linhas telegráficas comandadas por Rondon nas primeiras décadas do século XX, a construção da E.F.Madeira-Mamoré e a própria abertura da BR364, ainda no governo de Juscelino Kubitschek, e que seguiu o mesmo traçado aberto por Rondon.

Mas a rapidez com que as levadas migratórias passaram a se configurar em direção àquela região a partir das políticas deliberadas de colonização dos anos 70 marcou a face mais visível do modelo predatório de ocupação daquele território, já com uma nova e definitiva etapa em termos da configuração territorial daquela região. A transformação espacial em Rondônia saltava tanto aos olhos que a divulgação das imagens de satélite do processo de desmatamento ao longo da BR364 tornaram-se ícones de uma devastação insidiosa. Em uma edição especial de 1988 sobre a saúde do planeta, com direito inclusive a uma inédita capa dourada com um também inédito holograma do “planeta em perigo”, a National Geographic publicava uma reportagem de 14 páginas sobre o processo de devastação florestal então em curso em Rondônia, na qual aquelas imagens apareciam em destaque.

A configuração espacial do processo de desmatamento ocorrido na década anterior não deixava dúvida – a BR364 funcionava como eixo central de uma grande espinha de peixe que se ramificava na medida em que o tempo passava e novos imigrantes chegavam ao seu destino final. Ainda hoje se percebe as grandes vias perpendiculares que de 10 em 10 quilômetros partem do eixo principal. Delas partem eixos secundários, também perpendiculares que induzem ao adensamento populacional em meio à grande mancha de desmatamento. A ramificação continua onde as condições topográficas permitem, onde os rios não servem como obstáculos e onde as matas não abriguem terras protegidas e/ou populações indígenas.

À medida em que se afasta da BR364, cada vez menor é o número de vias asfaltadas e mais precárias são as condições de vida (vias de acesso sofríveis, infra-estruturas urbanas deficientes ou inexistentes, saneamento básico ausente). Chega-se, ao final de cada uma dessas vias ramificadas, ao ponto em que localmente se desenrolam os desdobramentos inerentes às fronteiras de ocupação – a penetração não cessa, apenas se depara com barreiras que servem de caldo de cultura para geração de conflitos que se perpetuam enquanto algum poder hegemônico não se imponha.

Nosso objeto, aqui, são as barreiras relativas à proteção da biodiversidade. Biodiversidade não apenas no sentido da miríade de espécies conhecidas e

desconhecidas do bioma amazônico, mas também a biodiversidade de seus ecossistemas e de sua gente. O próprio arranjo espacial dos ecossistemas e populações de espécies animais e vegetais amazônicas funciona como uma grande barreira. Se não fosse assim, a grande limitação ecológica imposta pelas soluções adaptativas intrínsecas ao grande bioma à moderna penetração humana, não teria proporcionado a sobrevivência da hiléia até os dias atuais.

Se a proteção de espécies é a faceta mais conhecida quando se trata de biodiversidade, pensemos, também, na biodiversidade de ecossistemas e de culturas. A barreira que protege espécies protege, também, a miríade de ecossistemas abrigados pelo grande “guarda-chuva ecológico” que o bioma amazônico significa em Rondônia – são florestas ombrófilas densas; florestas ombrófilas abertas; ilhas de savanas; terras altas e baixas; florestas aluviais, de terras baixas e submontanas – enfim, uma gama de ambientes que se distribuem e se confundem em meio ao grande ofuscamento proporcionado pela onipresente mancha verde das imagens em escalas de pouco detalhe que chegam até nós.

A barreira biômica protegeria, enfim, da grande biodiversidade cultural refletida nas inúmeras culturas indígenas conhecidas e desconhecidas que ainda insistem em permanecer na região. Para além da biodiversidade indígena, também a diversidade cabocla ali se estabeleceu. Uma diversidade fruto das soluções adaptativas encontradas pelas levas populacionais que para lá afluíram ao longo dos séculos XVIII e XIX e primeira metade do século XX. Sabemos que as populações indígenas há muito aprenderam a conviver com o que o meio lhes impunha. Sabemos, também, que poucas foram as populações humanas não indígenas que penetraram e/ou conseguiram sobreviver no âmago da floresta até a abertura da BR364 na década de sessenta. São populações de seringueiros e suas famílias, garimpeiros errantes, e colonos que chegaram a partir da construção de ferrovia Madeira-Mamoré e da linha telegráfica de Rondon.

Pensemos, então, na grande barreira amazônica imposta à penetração do homem moderno no estado de Rondônia. O “homem moderno” a que nos referimos é aquele que lá chegou a partir da abertura da BR364. Na medida em que esta rodovia ia sendo aberta e freqüentada, e na medida em que dela partiam ramos perpendiculares e se multiplicavam os focos de enfrentamento no conjunto da fronteira de ocupação

rondoniense, a grande floresta começava a dar sinais de sofrimento. A década de oitenta ficou conhecida como a “década da destruição” na mídia norte americana; merecendo, inclusive, uma série de documentários exibidos em horário nobre nas grandes redes de televisão. A destruição dos anos oitenta foi, em grande medida, fruto das políticas deliberadas de desenvolvimento promovidas durante o regime militar. O mesmo regime que demarcou geopoliticamente o traçado da BR364 a uma distância suficiente da fronteira do país que garantisse a segurança nacional, elaborou o POLAMAZONIA em 1974, principal plano de desenvolvimento elaborado para a região, o qual desaguardaria no Programa Polonoeste (1982/1988) e Planaflores (1992/2002). O próprio estado de Rondônia foi criado em 1981.

Fora do Brasil, era evidente a compreensão de que tal modelo de desenvolvimento não levava em consideração outros mecanismos que garantissem a sobrevivência do bioma, ou mesmo mecanismos que estabelecessem uma convivência mais equilibrada entre uma hipotética promoção do desenvolvimento e a conservação da Amazônia. A própria noção atual de biodiversidade só entraria na agenda de discussão mundial a partir da reunião de Washington³, de 1986 (Wilson,1997). Não se falava de sustentabilidade e a diplomacia pós-militar brasileira trabalhava no sentido de melhorar a imagem ambiental do país e buscava trazer para o Rio de Janeiro a grande reunião de cúpula multilateral que discutiria sobre um planeta que conciliasse desenvolvimento e meio ambiente, e que preparasse as metas ambientais para o século seguinte.

Ao mesmo tempo em que se pode dizer que as décadas de destruição foram, em parte, frutos de planos autoritários hegemônicos, com interesses claramente voltados para as classes dominantes, o lento processo de redemocratização do país, que culminou na homologação da, avançada em termos ambientais, constituição de 1988, permitiu que novas formas de ocupação e desenvolvimento da Amazônia fossem pensadas e, até mesmo, concebidas. A pressão ambiental, oriunda de instituições que se fortaleciam na medida em que a devastação mundial avançava, acabou criando mecanismos que salvaguardavam o que restava em termos de biodiversidade planetária. Assim foram propostas soluções do tipo “perdão da dívida externa” para países endividados que adotassem políticas efetivas de preservação e, ainda, vinculação de empréstimos do

³ Fórum Nacional Sobre Biodiversidade, Washington DC, 21/24 set 1986, realizado pela National Academy of Sciences e Smithsonian Institute

Banco Mundial a projetos e planos que levassem em consideração a preservação efetiva de áreas susceptíveis à devastação.

Na medida em que tantos planos de desenvolvimento hegemônico para a Amazônia demandavam uma grande quantia de recursos (neles incluídos o asfaltamento da BR364 em Rondônia, até a capital Porto Velho), o Banco Mundial passou a cobrar uma postura mais pró-ativa, em termos ambientais, por parte do governo brasileiro. Neste sentido, uma série de UC's foram criadas, tanto federais como estaduais, e em Rondônia não se fugiu à regra observada para toda a Amazônia brasileira. Rondônia se traduz, de resto, como um microcosmo do padrão de arranjo espacial observado ao longo do arco de fogo da Amazônia – é uma de suas “cabeças de ponte”, pois tanto a rodovia Cuiabá/Santarém, como a Belém/Brasília, atuam como eixos indutores de transformação espacial. Resta saber se um hipotético arco de proteção poderia fazer frente a tamanho avanço da fronteira de ocupação da Amazônia.

Numa primeira vista, pode-se ter a impressão de que o cinturão de áreas protegidas que se formou em torno da mancha de ocupação humana induzida pela BR364 em Rondônia é suficiente para conter seu avanço/crescimento. Ao aprofundarmo-nos na análise, porém, veremos que não basta demarcar novas TI's, tentar respeitar o Código Florestal ou impor a criação de UC's. Acrescente-se que a questão das TI's, eternas peças chave no tabuleiro amazônida, permanece sempre em aberto, uma vez que ocupam grandes extensões territoriais e (quase) nem sempre representam garantia efetiva de proteção de suas populações e de sua biodiversidade. O Código Florestal, por sua vez, vem sistematicamente sendo desrespeitado, principalmente quando se observa a contradição inerente ao modelo tradicional de “colonização e reforma agrária” nos moldes do INCRA que, em território amazônida, implica na derrubada da floresta como garantia de posse.

O papel das Áreas Protegidas X Áreas Protegidas de papel

O bioma amazônico ainda é considerado uma das grandes (e últimas) “áreas silvestres” (Gil, 2002) do planeta à luz da biologia da conservação. Seu gigantismo esconde uma grande fragilidade ecológica na medida em que a biota se sustenta a si mesma, justamente em função da infinitude de relações ecossistêmicas que ela estabeleceu em seu âmago na medida em que se expandia nos últimos milênios. Tais

relações ecossistêmicas incluem uma grande diversidade de espécies com populações relativamente pequenas e esparsas, que demandam interfaces de dependências com outras espécies (como no exemplo do papel da fauna na dispersão de sementes), competindo entre si e lutando darwinianamente pela sobrevivência, construindo, enfim, uma enorme rede de vida ao mesmo tempo exuberante e vulnerável. Um dos exemplos mais visíveis de tal vulnerabilidade residindo na incapacidade de se constituírem solos que sobrevivam à ausência da cobertura biótica original.

Se é para proteger parcela significativa desta biodiversidade, que sejam grandes parcelas. O isolamento inerente à criação das UC's enfraquece a biota protegida, qualquer que seja o tamanho da parcela protegida (Fonseca, 1981) – mas quanto maior for esta parcela, maior será a chance de perpetuação das espécies sobreviventes. E mesmo o isolamento das UC's pode ser atenuado pela possibilidade de ligação entre elas – é o estabelecimento destas ligações que garante a efetivação de corredores ecológicos que permitam algum fluxo gênico no interior das áreas florestais remanescentes.

A noção de conectividade entre ilhas protegidas de biodiversidade também já é conhecida no âmbito da biologia da conservação. Pensemos, então, numa grande conectividade a ser estabelecida no seio do grande mosaico de UC's do estado de Rondônia. A real possibilidade de conectividade já está em andamento se considerarmos a grande extensão das TI's naquele estado. Mas não basta que elas estejam demarcadas. As TI's, tal como as UC's, sofrem o constante assédio do avanço da fronteira de ocupação, o que não é novidade em termos de Amazônia. A gravidade deste quadro só aumenta quando constatamos que as RL's e APP's, via de regra de menores extensões quando comparadas com as UC's e TI's, são sistematicamente corroídas em suas áreas lindeiras ou, simplesmente, subtraídas e/ou ignoradas.

De acordo com o sério e robusto relatório publicado em 2008 pelo Grupo de Trabalho Amazônico, regional Rondônia, “chama a atenção a elevada perda de florestas no Estado de Rondônia. Em julho de 2007, o desmatamento acumulado em Rondônia chegou a quase 9 milhões de hectares (38% da superfície total do Estado e 44 % da área originalmente coberta por florestas) índices entre os mais elevados de todos os estados da Amazônia Legal. Segundo dados do IMAZON, foram desmatados 345 km² em Rondônia entre agosto de 2007 e abril de 2008, um aumento de 23% em relação ao

período anterior (julho de 2006 a abril de 2007)”⁴. Ou seja, questiona-se a real dimensão da proteção à biodiversidade em Rondônia. Como dito anteriormente, enquanto uma das cabeças de ponte do arco de fogo da Amazônia, Rondônia tem se constituído num grande furo em termos do hipotético e desejável “arco de proteção”.

Este hipotético “arco de proteção” pode ser entendido também como um grande “corredor de paisagens”. E as paisagens às quais nos referimos aqui são aquelas da biodiversidade. A convergência natural entre os conceitos de biodiversidade e paisagem se revela na dimensão dos ecossistemas que compõem, no caso de Rondônia, a borda sudoeste do bioma amazônico. São aqueles ambientes e formações que compõem o conjunto ecotonal ao qual corresponde o território rondoniense, que revelam uma diversidade de ecossistemas protegidos ora enquanto UC’s, ora enquanto TI’s, ora ainda enquanto APP’s e RL’s.

Segundo dados do relatório já citado do GTA (2008), “no estado de Rondônia, o conjunto das Unidades de Conservação e Terras Indígenas totaliza 89.916 km² ou 38% do Estado”. No que diz respeito às UC’s, Rondônia conta com uma série delas sob jurisdição federal, ou seja, sob a égide do ICMBio, sejam elas de uso sustentável ou de proteção integral. São seis UC’s de Proteção Integral (Parques Nacionais [PN’s] dos Campos Amazônicos, de Pacaás Novos e Serra da Cutia; Reservas Biológicas [REBIO’s] do Jaru e Guaporé; e Estação Ecológica [EE] de Cuniã); e sete UC’s de Uso Sustentável (Reservas Extrativistas [RESEX’s] do Rio Ouro Preto, de Barreiro das Antas, do Rio Cautário e do Lago de Cuniã; e Florestas Nacionais [FLONA’s] de Bom Futuro, Jamari e Jacundá).

Às UC’s federais somam-se as UC’s estaduais, que em Rondônia constituem-se em duas REBIO’s, três EE’s, três Parques Estaduais (PE’s) – Proteção Integral – e vinte e uma RESEX’s, onze Florestas Estaduais de Rendimento Sustentado (FERS’s), e duas Áreas de Proteção Ambientais (APA’s) – Uso Sustentável.

Em termos de áreas ocupadas, as quatro RESEX’s federais possuem uma área total de 738.173 hectares, e as 21 RESEX’s estaduais somam 967.084 hectares, totalizando 1.705.257 hectares (7,15% do Estado). As quatro FLONA’s possuem 704.038 hectares e as onze FERS’s possuem 267.250 hectares, totalizando 4,07% do

⁴ “O fim da floresta? A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia”. Relatório do Grupo de Trabalho Amazônico – GTA/Regional Rondônia, Junho de 2008.

Estado. As duas APA's possuem uma área total de 110.741 hectares (0,1% do Estado). Finalmente, o somatório das quatorze UC's de proteção integral ocupa um total de 2,4 milhões de hectares (10% do território estadual). Aos 17,15% de áreas protegidas via UC's do estado de Rondônia somam-se 20,82% que correspondem ao somatório de 49.660,48 km² das 24 TI's lá existentes.

Os números são grandiosos, mas insistem em esconder uma realidade de pressão contínua que chegou a refletir, inclusive, na supressão de alguma UC's estaduais, na troca de esfera de proteção (de estadual para federal) e na incorporação por outras unidades já existentes. Segundo dados do Instituto Socioambiental, a assembléia estadual de Rondônia revogou, em 2010, sete UC's, totalizando mais de 973 mil hectares. Condição para o desembolso de recursos de empréstimo do Banco Mundial para o Planaflo, a criação de diversas UC's estaduais, na prática, nunca saiu do papel. Ainda de acordo com o Instituto Socioambiental, "nenhuma dessas áreas havia sido efetivamente implementada e não existiam planos de gestão e ações de fortalecimento das unidades. Tal instabilidade vinha das próprias políticas governamentais locais: o Zoneamento Socioeconômico e Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE), publicado em 2000 (Lei Complementar Estadual Nº 233 de 06/06/2000) ignorou a existência das UCs estaduais, levando muitos a acharem que elas teriam sido revogadas" (ISA,2010). Algumas das UC's revogadas passaram a fazer parte do vizinho PN Mapinguari, até então exclusivo do estado do Amazonas, e que se estende ao longo da fronteira norte de Rondônia. O PN Mapinguari será, então, o quarto parque nacional de Rondônia, continuando a ser um reforço importante na condição de barreira de proteção de biodiversidade.

O diagnóstico do GTA detalha o quadro de pressão atual sofrida por cada uma das categorias de manejo existentes no estado. A cada categoria de manejo corresponde uma forma particular de pressão haja vista os diferentes graus de restrições de cada uma delas. É notória a vulnerabilidade maior das UC's de uso sustentável em relação às de proteção integral. As APA's dificilmente são reconhecidas pelos próprios habitantes diretamente envolvidos, servindo mais como territórios em que a preocupação de se fazer valer a legislação federal (leia-se Código Florestal) se faz notar, isto quando for o caso. O próprio termo "Área de Proteção" enquanto UC confunde-se com o de "Área Protegida" enquanto APP, o que só faz diluir qualquer peso político que qualquer APA

venha a ter. As FERS's, por sua vez, carregam no próprio nome sua vocação/intenção original, qual seja, a de promover o “rendimento sustentado”, seja lá qual for o significado deste eufemismo. Mesmo as FLONA's, versão federal das anteriores, carregam em si o peso de territórios estratégicos delimitados para efeito de geração de riqueza ulterior, na medida em que fossem alcançados, justamente, pela fronteira de ocupação – é o que já se observa na “cabeça de ponte” rondoniense.

Finalmente aparecem as RESEX, apenas estaduais em Rondônia, carregadas que são de uma importância histórica em função das lutas travadas em passado recente por parte, principalmente, dos seringueiros. Rondônia não possui Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS), categoria mais recente no âmbito do SNUC (Sistema Nacional de Unidades de Conservação), um tanto enigmática quando se questiona qual seria a real dimensão do que seja “desenvolvimento sustentável”. Mas as RESEX's são claramente imbuídas de um viés voltado para populações historicamente excluídas do processo de ocupação econômica hegemônica da Amazônia. O drama dos seringueiros também preenche parte da história de ocupação humana do território rondoniense, e suas heranças e marcas se fazem notar nas áreas em que a floresta permanece incólume.

No que tange às UC's de proteção integral, a resistência às pressões de entorno se faz de forma mais visível. As restrições de uso indicam para uma, ainda que hipotética, integridade territorial. Mas o problema aqui passa a residir no constante assédio das áreas vizinhas, principalmente considerando que elas correspondem àquelas linhas de frente espalhadas ao longo das extremidades do padrão “espinha de peixe” da fronteira de ocupação rondoniense. Não são raras as invasões por parte de grileiros, madeireiros e posseiros. Tais ações são facilitadas pelas grandes distâncias e as remotas condições de acesso, que implicam também em remotas condições de fiscalização. Muitos são os casos de retiradas de colônias inteiras de posseiros, verdadeiros assentamentos rurais clandestinos, localizados em sítios improváveis no interior de tais unidades.

No interior de tais unidades, sejam elas parques, reservas biológicas ou estações ecológicas, podem-se perceber, também, resquícios de ocupações antigas, notadamente seringueiros, garimpeiros e (novamente) posseiros. Percebe-se também uma grande sobreposição com o território de populações indígenas, o que se reflete como um grande

dificultador na gestão de tais áreas. Para além da existência de populações indígenas no interior de tais áreas, chega-se à demarcação mesma de TI's sobrepostas a UC's. O caso do PN Pacaás Novos, sobreposto à TI dos Uru-Eu-Wau-Wau é emblemático dada as dimensões dos mesmos e à posição geográfica, bem próxima ao eixo dorsal da BR364. Segundo o Instituto Socioambiental, “a TI Uru-Eu-Wau-Wau sofreu invasão sistemática, inclusive através da FERS do Rio São Domingos, que tinha 68% de sua área já desmatada em 2005” (ISA,2005). A revogação desta FERS foi questão de tempo, o que acabou acontecendo em 2010. Ainda segundo o ISA, vivem na região os “Uru-Eu-Wau-Wau (Jupaú), os Amondaua, os Oro owin e grupos de índios isolados, somando uma população de aproximadamente 230 pessoas. O histórico dessa área é marcado por invasões de madeireiros, garimpeiros, posseiros e grileiros, e conta com o Projeto de Assentamento de Burareiro, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que incide dentro do perímetro da terra, em seu limite norte” (ISA,2005).

Observando-se o grande mosaico de áreas protegidas de Rondônia, as TI ressaltam como grandes conectoras do conjunto de UC's. Para efeito de proteção efetiva da biodiversidade, a continuidade territorial do bioma amazônico em Rondônia será tanto mais eficiente quanto maior for a sustentabilidade do modo de ocupação indígena em seus respectivos territórios. A pressão de uso em cada TI irá variar de acordo com o tamanho da população indígena remanescente, o tamanho da área demarcada (em Rondônia, a grande maioria das TI já encontra-se demarcada e registrada), e o modelo de exploração do meio. Se o registro de TI's não garantem, por si só, a proteção da biodiversidade, elas pelo menos se configuram em uma forte barreira ante ao avanço da fronteira de ocupação.

A utilização de territórios indígenas como barreira ao avanço da fronteira de ocupação não é nova em termos de Brasil. Ainda no período colonial os indígenas eram usados como escudo frente ao contrabando de ouro. As populações indígenas ainda residem no imaginário dos colonos (qualquer que seja a ocupação dominante) enquanto povos a serem temidos e evitados. Muitos dos conflitos de fronteira acabam por envolvê-los, principalmente considerando que o principal foco de tais conflitos é a invasão e posse de terras tradicionalmente utilizadas pelas populações indígenas. Da mesma forma que a Mata Atlântica sobreviveu enquanto abrigava contingentes

significativos de populações indígenas, também a Floresta Amazônica sobrevive, contando inclusive com a presença de tais populações. Em Rondônia, mais uma vez, não é diferente – a barreira da biodiversidade florestal é a mesma barreira da diversidade cultural.

Biodiversidade como barreira – Conflito de velhas e novas almas amazônidas

Barreira para quem? Em se tratando do modelo de ocupação recente da Amazônia, e voltando ao modelo da cabeça de ponte rondoniense representado pela BR364, torna-se claro a quem estamos nos referindo. Os milhares de imigrantes que para lá se direcionaram a partir da abertura da BR364 contam histórias recorrentes de pioneirismo e desbravamento. As imagens são as de sempre – estradas intransitáveis, massas florestais em pé contrastando com terras e árvores calcinadas, choças e abrigos em meio à mata, núcleos urbanos incipientes e poeirentos, o olhar perdido dos pioneiros, a malária e as difíceis condições de sobrevivência, as armas e os conflitos. O gigantismo da floresta impunha-se enquanto a parte mais visível de uma grande barreira física. Mas esta barreira era, e continua sendo, mais ecológica do que física, e é neste sentido que ela deve ser compreendida.

Enquanto barreira ecológica, ela se impõe como uma grande solução adaptativa ao somatório dos fatores limitantes que a moldaram. Juntamente à mata de difícil penetração, o calor sufocante, o ciclo hidrológico agressivo, os solos pobres, a fauna arisca, os artrópodos insidiosos e onipresentes, são apenas alguns dos elementos mais notáveis para o homem que chega. A teia de interações ecológicas deste grande bioma se lhes apresenta demasiado complexa, suscitando respostas inesperadas às intervenções desesperadas de um modelo de ocupação totalmente avesso à realidade regional. Já dizia um poeta amazonense que “o maior ecologista da Amazônia é o mosquito da malária”. Em mais um de seus grandes ciclos ecológicos, a floresta abriga também mosquitos, formigas tocandiras, carrapatos, abelhas, vespas, aranhas e escorpiões, os quais lhe garantem uma sobrevida maior.

Por outro lado, a convivência dos assim chamados “povos da floresta”, é conseqüência de milhares de anos de mútua adaptação e convivência. Dispersão de sementes, plantio dirigido, rotatividade de culturas, nomadismo, imunidade a determinados agentes etiológicos, o uso medicinal de suas plantas e toxinas, são apenas

exemplos de uma co-evolução que moldou a cultura destes povos ancestrais dos quais sobrevivem os remanescentes indígenas atuais. Eles são os senhores da floresta e, na medida em que esta vem sendo encurralada e palmilhada pela lógica de ocupação moderna, eles passam a lidar com elementos novos e desconhecidos para continuar exercendo sua sobrevivência – já não têm tanto espaço para se deslocar, as parcelas de rotação de cultivo são cada vez menores e mais sobre-exploradas, doenças desconhecidas lhes são fatais, a lógica de hierarquização social e exercício do poder lhes são estranhas, caças fogem e cercas começam a surgir.

Em um intervalo de tempo muito menor, cerca de quinhentos anos, os nativos ameríndios passaram a sofrer com o convívio de populações humanas totalmente diferentes. Pode-se dizer que estes novos contingentes humanos foram ocupando os espaços amazônidas que lhes eram menos desfavoráveis, permanecendo principalmente ao longo da vasta rede hidrográfica, as assim chamadas “terras baixas”. Aventurava-se pouco pelas “terras altas”, e isto não se fazia sem a conviência dos nativos, senhores do lugar. Até mesmo a febre da borracha, e as dispersas febres de ouro e outros recursos minerais, ainda que permitissem a penetração do capital, exigiram seu preço em vidas e em novas soluções de adaptação à floresta. Tanto que a cultura cabocla floresceu, assim como a cultura seringueira. Os novos extrativistas criaram eles mesmos seus novos códigos de conduta, não sem se isolarem no âmago da floresta, tal como os nativos – miscigenarem-se, e com eles aprenderem alguns segredos de sobrevivência.

São estes novos “povos das florestas” que hoje carregam a alma amazônida e que se refugiam na floresta. Ainda abrigados pela grande barreira florestal, sofrem agora um assédio de proporções bem maiores, e em velocidade inalcançável. Não há como se adaptar à nova lógica de penetração do capital. A criação de UC’s e o registro de TI’s surgem como soluções paliativas, talvez desesperadas, que buscam salvaguardar a única coisa que lhes permitiria sobreviver enquanto porta-vozes amazônidas – a permanência na terra. Por maior e mais limitante que o bioma amazônico se apresente, o atual, e certamente insustentável, modelo hegemônico de ocupação econômica, tem mostrado força e poder de fogo suficiente para transformá-lo definitivamente. O novo homem que continua chegando na Amazônia não teve e nem terá tempo de se imbuir da alma do lugar – em vez de refugiar-se na floresta, ele é levado a destruí-la, reduzindo-a a uma grande catapora de RL’s e APP’s. O grande mosaico de UC’s e TI’s insistem em se

Cinturão de áreas protegidas em Rondônia/Brasil: Corredores de paisagem para salvaguarda do bioma amazônico

Bernardo Machado Gontijo

contrapor enquanto corredores de paisagem que restam e restarão para refugiar a biodiversidade. Não devemos esquecer que, para além de refúgio da biodiversidade, a floresta é o grande refúgio da alma amazônica.

Bibliografia

FONSECA, G.A.B. Biogeografia Insular aplicada à conservação. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, 42(3):383-398, jul/set 1981

GIL,P.R. (Ed.) Áreas Silvestres. Conservation International *Areas Silvestres – Las ultimas regiones virgenes del mundo*. Mexico City: CEMEX /CI, 2002.

Grupo de Trabalho Amazônico - GTA Regional Rondônia, *O fim da floresta? A Devastação das Unidades de Conservação e Terras Indígenas no Estado de Rondônia* – Junho de 2008

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. [HTTP://www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org) *Notícias Socioambientais*, Desmatamento em RO avança sobre áreas protegidas, 14/07/2005.

WILSON,E.O.(Ed.) *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.